



COC-215/80

Contrato de Concessão para explora o dos serviços públicos de abastecimento de água e remo o de esgotos sanitários, que entre si fazem a Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR e a Prefeitura Municipal de CARLÓPOLIS, conforme a diante se declara:

Nesta data, compareceram de um lado, o Município de CARLÓPOLIS, por seu Prefeito Municipal, devidamente autorizado pela Lei n  06/79, de 19.11.79, e do outro lado a Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, neste ato representada por seu Diretor Presidente Eng  INGO HENRIQUE HÉBERT, por seu Diretor Financeiro Eng  PAULO ROBERTO MAINGU , assistida pelo Advogado AMAURY TRAJANO CORDEIRO C RTES, para firmar o presente contrato de concessão, nas condi es expressas nas cláusulas seguintes: PRIMEIRA: Fica concedido à SANEPAR, criada pela Lei Estadual n  4684, de 23.01.63, a explora o e opera o dos serviços públicos de abastecimento de água e remo o de esgotos sanitários de CARLÓPOLIS, pelo prazo de 30 anos, obedecida a legisla o vigente e aplicável   espécie. PARÁGRAFO ÚNICO: Para os fins previstos no presente contrato são designados: a) CONCEDENTE: Prefeitura Municipal; CONCESSIONÁRIA: Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR. SEGUNDA: Para um perfeito d sempenho do encargo aqui assumido, compete a CONCESSIONÁRIA, com exclusividade, diretamente ou mediante contrato com entidade especializada em engenharia sanitária; a) estudar, projetar e executar as obras relativas à constru o, amplia o ou remodela o dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários municipais; b) atuar como órgão coordenador, executor ou fiscalizador de execu o dos conv nios celebrados para fins do item a, entre o Munic pio e  rg os Federais ou Estaduais; c) operar, manter conservar e explorar os serviços de água pot vel e de esgotos sanit rios; d) emitir fiscalizar e arrecadar as contas dos serviços que prestar. TERCEIRA:   delegada   CONCESSION RIA, competéncia para fixar tarifas que permitam a justa remunera o do investimento, o melhoramento e a expansão dos serviços e assegurem o equilíbrio econ mico e financeiro do sistema explorado, nos termos do Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e

JK

aul p



o BNH, de acordo com o disposto nos incisos I e II, do artigo .. 167, da Constituição Federal. QUARTA: É vedado   CONCESSIONÁRIA proceder isenção de tarifas e custo de seus serviços. QUINTA: Os loteamentos futuros são poderão ser aprovados pela CONCEDENTE , desde que em seu traçado, seja prevista a execução de redes cole toras de esgotos sanitários e de distribuição de água, previameⁿ te aprovados pela CONCESSIONÁRIA. PARÁGRAFO ÚNICO: A execução de tais melhorias será suportada pela empresa ou pessoa que efetuar o loteamento. SEXTA: Caberá   CONCEDENTE, recompor a pavimenta -   o das ruas danificadas em decorrência das obras de instalação, ampliação e reparos de redes públicas e coletores prediais, du- rante a aplicação e carência dos recursos emprestados pelo BNH . PARÁGRAFO ÚNICO: A CONCESSIONÁRIA ficará obrigada a recompor os passeios ficando-lhe facultado faturar os serviços de recomposi-   o contra os usuários diretamente atingidos. SÉTIMA: O Poder Executivo Municipal, decretará a utilidade pública para fins de desapropriação ou estabelecimento de bens e direitos necessários aos serviços da CONCESSIONÁRIA, seus melhoramentos, extensões e ampliações nos termos da Legislação vigente. PARÁGRAFO ÚNICO : Nos casos previstos nesta cláusula, o  nus da indenização ficará a cargo da CONCEDENTE, mediante acordo com os interessados ou através de ação judicial. OITAVA: A CONCESSIONÁRIA poderá utili- zar, para a realização dos serviços ora concedidos, os terrenos de domínio público municipal e neles estabelecer servidões atra v s de estrada, caminhos e vias públicas, na forma da lei espec  fica. NONA: A CONCESSIONÁRIA gozará de total isenção de impos- tos municipais relativamente a seus bens e serviços de conformi- dade com a Lei Municipal. DÉCIMA: Do custo das obras do novo sis- tema de abastecimento de água, estimado em 45 908,340 UPC valor do UPC em janeiro de 1980 CR\$ 487,83 (quatrocentos e oitenta e sete cruzeiros e oitenta e três centavos), correspondendo a CR\$. 22 395 465,50 (vinte e dois mil es, trezentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e sessenta e cinco cruzeiros e cinqüenta centa vos), a CONCEDENTE participar  com uma contribuição de 25% (vin- te e cinco por cento). PARÁGRAFO PRIMEIRO: A participação da CON CEDENTE que se trata esta cláusula estimada a 11 477,085 UPC , ou seja CR\$ 5 598 866,37 (cinco mil es, quinhentos e noventa e oito mil, oitocentos e sessenta e seis cruzeiros e trinta e sete centavos), será realizada em dinheiro em 36 (trinta e seis) pres



ta  es mensais, iguais e consecutivas de 318,81 UPC, cada uma ,
vencível a primeira trinta dias após o início das obras. PARÁGRAFO
SEGUNDO: A CONCEDENTE participar  ainda com igual percentagem
nas futuras construções, melhoramentos, extensões ou ampliações
dos sistemas da cidade de acordo com cronograma físico financei
ro das obras. PARÁGRAFO TERCEIRO: A participação futura de que
trata o parágrafo segundo, será em dinheiro e/ou bens e direitos
dos sistemas existentes, ficando desde já estabelecido que as
participações serão transformadas em ações preferenciais no capi
tal da CONCESSIONÁRIA, respeitadas as disposições do artigo 2 
e seus parágrafos da Lei de Concessão, num montante que não ivia
bilize economicamente a implantação da obra. PARÁGRAFO QUARTO: No
caso de bens e direitos aludidos no parágrafo terceiro, o valor
dos mesmos será fixado por avaliação na forma da Lei n  6404 de
15 de dezembro de 1976, (Lei das Sociedades por Ações). DÉCIMA -
PRIMEIRA: Se no decorrer da concessão houver interesse das par
tes na execução das obras de remoção de esgotos sanitários, a
CONCEDENTE se compromete a participar com percentual a ser defi
nido, mediante assinatura de Termo Aditivo. DÉCIMA SEGUNDA: Por
ocasião da assinatura do presente contrato, o Poder Executivo ou
torgar  procuração   Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR ,
de acordo com as disposições do artigo 3  da Lei de Concessão .
DÉCIMA TERCEIRA: Será de responsabilidade do Município, os paga
mentos das tarifas devidas por banheiros, fontes, torneiras públi
cas e ramais de esgotos sanitários utilizados pela CONCEDENTE ou
de sua responsabilidade. DÉCIMA QUARTA: A CONCESSIONÁRIA não se
responsabilizará pela interrupção de fornecimento dos serviços de
 gua e remoção de esgotos sanitários motivada por força maior ,
como greves, inundações, acidentes, incêndios, comoções públicas,
guerras etc. DÉCIMA QUINTA: A CONCESSIONÁRIA manter  constante
mente estudos visando o aprimoramento e a programação das obras
de instalação e de ampliação dos serviços públicos concedidos den
tro de sua política de ação. DÉCIMA SEXTA: Sempre que julgar ne
cessário, a CONCEDENTE poderá solicitar esclarecimentos quanto ao
programa de ação em prática na área atendida pela CONCESSIONÁRIA
e quanto as tarifas vigentes. DÉCIMA SÉTIMA: A CONCESSIONÁRIA po
der  embargar o funcionamento de poços artesianos, freáticos e
cisternas existentes nos locais providos de rede pública de dis
tribuição de água, dev endo proceder ao fechamento e lacrar as re

[Handwritten signature]

feridas fontes de abastecimento sem o direito dos proprietários-
ou usuários reclamarem qualquer indenização. PARÁGRAFO ÚNICO: Fi-
ca desde já estabelecido que as disposições desta cláusula somen-
te serão aplicadas quando o sistema operado pela CONCESSIONÁRIA,
possuir condições técnicas para atender os usuários abastecidos
por poços particulares. DÉCIMA OITAVA: Poderá a CONCESSIONÁRIA sus-
tar o fornecimento de água aos usuários, sempre que o débito do
imóvel ultrapassar trinta dias do vencimento, e em outros casos
previstos em seu Regulamento. DÉCIMA NONA: Ocorrendo o caso de
não prorrogação do prazo de concessão prevista na cláusula pri-
meira, ou rescisão do presente contrato, o acervo do sistema de
 gua e coleta de esgotos sanitários, será transferido ao patrim -
nio do Município, respeitadas os estatutos da CONCESSIONÁRIA, bem
como após assumir a responsabilidade pelo pagamento dos compro-
missos financeiros porventura existentes na data da transferência
do acervo, e indenizar a SANEPAR pelos investimentos que excede-
rem a participação do Município. VIGÉSIMA: O Poder Executivo fi-
ca responsável pelas eventuais indenizações de bens e direitos re-
clamados por terceiros, concessionárias ou não, de sistemas de
abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários. VIGÉSIMA -
PRIMEIRA: Este contrato terá vigência a partir da sua assinatura,
condicionado o início de operação a 30 (trinta) dias após a con-
clus o das obras. PARÁGRAFO ÚNICO: A CONCESSIONÁRIA, em hip te-
se alguma, será considerada sucessora da CONCEDENTE. VIGÉSIMA SE-
GUNDA: Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Capital do Es-
tado, para nele serem resolvidos todas as questões judiciais, de-
rivadas deste instrumento, renunciando as partes expressamente a
qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ENG  INGO HENRIQUE HUBERT
DIRETOR PRESIDENTE DA SANEPAR

ENG  PAULO ROBERTO MAINGUE
DIRETOR FINANCEIRO DA SANEPAR

TESTEMUNHAS:

Curitiba, 18.01.80

SR ELSON SOARES
PREFEITO MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

AMAURY TRAJANO CORDEIRO C RTES
ADVOGADO DA SANEPAR

22 REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

PROTOCOLADO n /data sob n. 

e REGISTRADO sob n. 

Livro 5,153 Curitiba

26 JAN 1980

CANT RIO RAMOS

Rua Mel. Floriano, 259 - FONE: (PABX) 224-2444

NICANOR RAMOS F LIO - T TULAR
JO  VALDIR JUSTUS - ENC. JURAMENTADO
EMPREGADOS JURAMENTADOS

NICANOR ANTONIO LUNARDELLI RAMOS
Romolo Terrarese